

CONTRATO-PROGRAMA

DE

DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

-

EVENTO DESPORTIVO

INTERNACIONAL

Outorgantes:

1. Federação Portuguesa de Bilhar
2. Futebol Clube do Porto



CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Eventos Desportivos Internacionais

Entre:

1. A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BILHAR, pessoa colectiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, com sede na Avenida João XXI, nº 43, 1º direito, 1000-299 LISBOA, NIPC 503031607, aqui representada por Ricardo José Geria Serralheiro Salgado, na qualidade de Presidente, adiante designada por 1ª OUTORGANTE;

e

2. O FUTEBOL CLUBE DO PORTO com sede no Estádio Estádio do Dragão Via FC Porto – Entrada Nascente, porta 15, piso 3 4350-415 Porto, aqui representado por Jorge Nuno Pinto da Costa, na qualidade de Presidente, adiantente designado por 2ª OUTORGANTE.

Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 273/2009 de 1 de Outubro - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, é celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª

Objecto do contrato

Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira à organização pelo 2ª OUTORGANTE do Evento Desportivo Internacional designado TAÇA DO MUNDO DE CARAMBOLA, a realizar no Porto, nos dias 15 a 24 de Julho de 2016, conforme proposta apresentada à 1ª OUTORGANTE.

CLÁUSULA 2ª

Período de execução do programa

O período de execução do programa objecto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de Dezembro de 2016.

CLÁUSULA 3ª

Comparticipação financeira

1. Para a organização do Evento Desportivo referido na cláusula 1ª supra, constante da proposta apresentada pelo 2º OUTORGANTE, é concedida a este pela 1ª OUTORGANTE uma participação financeira até ao valor máximo de € 10.000,00;

2. O valor final do apoio é determinado após análise do relatório final indicado na alínea d) da Cláusula 5ª, considerando as seguintes disposições:

a) Para efeitos de determinação do apoio final ao evento é calculada, em relação à totalidade das despesas apresentados, a proporção das despesas comuns a outros programas e projetos desenvolvidos pelo 2º OUTORGANTE;

b) Não são consideradas elegíveis as despesas do evento que se insiram na parte do rácio acima calculado que ultrapassa a proporção decorrente do quociente entre o orçamento do evento e o orçamento total do 2º OUTORGANTE;

c) Na eventualidade do evento ser consubstanciado por associado do 2º OUTORGANTE só são consideradas elegíveis as despesas realizadas directamente com a organização do evento;

d) Não são elegíveis as despesas resultantes de pagamento de vencimentos e remunerações aos elementos dos órgãos sociais;

e) O valor final do apoio não pode ultrapassar 16,50% das despesas efectivas e elegíveis com a organização do evento;

f) Esta percentagem inclui uma valorização na análise do evento de 7,50% decorrente dos indicadores abaixo:

i. Nº de praticantes - 220 (2,00%)

ii. Nº de países - 30 (2,50%)

iii. Presença de praticante medalhado em Jogos Olímpicos, Campeonatos do Mundo e da Europa de Absolutos - Sim (2,00%)

iv. Transmissão direta - Sim (1,00%);

g) A percentagem indicada na alínea f) é ajustada, de acordo com a tabela inserta no anexo I, caso os indicadores referidos nos pontos daquela alínea não sejam atingidos;

h) O valor indicado no nº 1 da presente cláusula é depreciado em 2,5% no caso de incumprimento da alínea f) da cláusula 5ª;

CLÁUSULA 4ª

Disponibilização da comparticipação financeira

A comparticipação referida no nº 1, da cláusula 3ª é disponibilizada nos seguintes termos:

- 100% da comparticipação financeira até 15 (quinze) dias após recebimento do total do montante por parte do IPDJ, I.P. após o cumprimento do disposto na alínea d) da Cláusula 5ª infra e obtida a respectiva validação positiva por parte do IPDJ, I.P.

CLÁUSULA 5ª

Obrigações do 2º OUTORGANTE

São obrigações do 2º OUTORGANTE:

- a) Realizar o evento a que se reporta o presente contrato, nos termos constantes da proposta apresentada ao 1º OUTORGANTE e de forma a atingir os objectivos neta expressos;
- b) Prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efectiva realização da despesa acerca da execução deste contrato-programa, sempre que solicitados pela 1ª OUTORGANTE;
- c) Criar, de acordo com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de Outubro, um centro de resultados próprio e exclusivo para a execução do Evento Desportivo objecto do presente contrato, não podendo nele imputar outros gastos e rendimentos que não sejam os associados à execução do mesmo, de modo a permitir o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para este fim;

- d) Entregar, até 60 (sessenta) dias após a conclusão do Evento Desportivo, o relatório final, sobre a execução técnica e financeira, em modelo próprio definido pelo IPDJ, I.P. acompanhada do balancete analítico do centro de resultados, previsto na alínea anterior, antes do apuramento de resultados;
- e) Facultar à 1ª OUTORGANTE ou a entidade credenciada a indicar por aquela, sempre que solicitado, na sua sede social, o mapa de execução orçamental, o balancete analítico do centro de resultados antes do apuramento de resultados relativos à realização do Evento Desportivo e, para efeitos de validação técnico-financeira, os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, em nome do 2º OUTORGANTE ou do seu associado, nos termos da alínea g) da presente Cláusula, que comprovem as despesas relativas à realização do Evento Desportivo apresentado e objeto do presente contrato;
- f) Publicitar, em todos os meios de promoção e divulgação do programa desportivo, o apoio da 1ª OUTORGANTE e do IPDJ, IP conforme regras fixadas no manual de normas gráficas.

CLÁUSULA 6ª

Incumprimento das obrigações do 1º OUTORGANTE

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula 7ª, há lugar à suspensão das participações financeiras por parte da 1ª OUTORGANTE quando o 2º OUTORGANTE não cumpra:

a) As obrigações referidas na cláusula 5ª do presente contrato-programa;

b) As obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com a 1ª OUTORGANTE;

c) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2. O incumprimento culposo do disposto nas alíneas a), b), c), e/ou e) da cláusula 5ª, concede à 1ª OUTORGANTE, o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se

verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Evento Desportivo objecto deste contrato;

3. Caso as comparticipações financeiras concedidas pela 1ª OUTORGANTE não tenham sido aplicadas na competente realização do Evento Desportivo, o 2º OUTORGANTE obriga-se a restituir à 1ª OUTORGANTE os montantes não aplicados e já recebidos.

4. As comparticipações financeiras concedidas ao 2º OUTORGANTE pela 1ª OUTORGANTE ao abrigo de outros contratos-programa celebrados em 2016 ou em anos anteriores, que não tenham sido total ou parcialmente aplicadas na execução dos respectivos Programas de Actividades, são por esta restituídas à 1ª OUTORGANTE.

CLÁUSULA 7ª

Combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo

O não cumprimento pelo 2º OUTORGANTE do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das comparticipações financeiras concedidas pela 1ª OUTORGANTE.

CLÁUSULA 8ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-lei nº 273/2009, de 1 de Outubro.

CLÁUSULA 9ª

Vigência do contrato

Salvaguardando o disposto na cláusula 2ª e sem prejuízo da satisfação das obrigações contratuais estabelecidos na cláusula 5ª supra, o presente contrato termina em 31 de Dezembro de 2016.

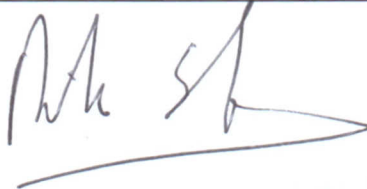
CLÁUSULA 10ª

Disposições finais

O presente contrato produz efeitos desde 1 de Julho de 2016.

Assinado em 30 de Abril de 2016, em dois exemplares de igual valor.

O Presidente da Federação Portuguesa de Bilhar



(Ricardo José Geria Serralheiro Salgado)

Presidente do Futebol Clube do Porto



(Jorge Nuno Pinto da Costa)

ANEXO I**AO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO****QUADRO DE REVISÃO DO APOIO**

Indicador	Valorização do apoio face aos indicadores
N.º de praticantes	≥ 250 praticantes – 2,5%
	[250, 200] praticantes – 2%
	[200, 150] praticantes – 1,5%
	[150, 100] praticantes – 1%
	[100, 50] praticantes – 0,5%
	[50, 0] praticantes – 0%
N.º de países	<u>Modalidades individuais:</u>
	≥ 24 países – 2,5%
	[10, 23] países – 1%
	[0, 9] países – 0%
	<u>Modalidades coletivas:</u>
	≥ 16 países – 2,5%
	[8, 15] países – 1%
	[0, 7] países – 0%
Presença de praticante medalhado em Jogos Olímpicos, Campeonatos do Mundo e da Europa de absolutos	Sim – 2,5%
	Não – 0%
Transmissão direta	Sim – 2,5%
	Não – 0%